

## Índice

|  |   |
|--|---|
| O que é o neoliberalismo e razões de o odiarem .....         | 1 |
| Pós-liberalismo: motivos das direitas não se entenderem..... | 3 |

### O que é o neoliberalismo e razões de o odiarem

Do neoliberalismo diz-se que é o pensamento político e económico dominante desde os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. Mas talvez seja mais hegemónica ainda a crítica a uma ideologia convertida em manta de retalhos de tudo o que vai mal no mundo.

Que entendem por neoliberalismo os defensores e os opositores desta doutrina?

É sinónimo de individualismo descontrolado, cobiça, privatização, austeridade, desregulamentação, culto da concorrência, darwinismo social, hiperglobalização, enriquecimento da minoria, dismantelamento do Estado Providência, fundamentalismo de mercado, privatizações, baixas massivas de impostos a ricos e grandes empresas, disciplina orçamental, superioridade do privado sobre o público, capitalismo financeiro...

E quando se interiorizava a ideia de que o neoliberalismo é a lei da selva (ou, mesmo, a não-lei e o não-Estado), irrompem em cena uma série de expressões que sugerem o contrário: “estatismo neoliberal”, “neoliberalismo autoritário”, “ditadura neoliberal”...

#### Algo mais do que economia

Ao neoliberalismo são imputados males de diversa índole. Três exemplos:

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han critica a “sociedade neoliberal do rendimento” que leva a que estejamos sempre cansados com a vida. É a pressão constante para “render cada vez mais”, o que nos está a conduzir para a “autoexploração” livremente escolhida.

Pelo contrário, o Papa Francisco lamenta a insistência com que o neoliberalismo confia todo o progresso ao crescimento enquanto ignora a desigualdade: “O mercado sozinho não resolve tudo” – escreve na encíclica “Fratelli tutti” (n. 168) –, “embora mais uma vez nos queiram fazer acreditar neste dogma de fé neoliberal. (...) O neoliberalismo reproduz-se a si próprio simplesmente, recorrendo ao mágico ‘derramamento’ ou ‘gotejamento’ – sem o nomear – como único caminho para resolver os problemas sociais. Não se adverte que o suposto derramamento não resolve a inequidade”.

E a filósofa e psicóloga social Shoshana Zuboff vê no “consenso neoliberal em torno da superioridade das empresas e dos mercados autorregulados” uma das condições que possibilitaram a ingénua aceitação por parte das sociedades ricas do “capitalismo da vigilância”, expressão que criou para se referir à exploração económica feita pelos gigantes tecnológicos dos dados pessoais dos utentes.

#### Os outros “neoliberalismos”

Quem são e o que defendem os neoliberais? Depende de quem conte a sua história.

Daniel Rodgers, professor emérito de História na Universidade de Princeton, resgata do esquecimento um uso do termo que nada tem a ver com o que triunfou na atualidade. Segundo ele,

quem primeiro associou o adjetivo “novo” ao liberalismo foi uma facção do Partido Liberal britânico que, a partir da década de 1880, começou a pedir uma maior intervenção do Estado como garantia da liberdade real. Daí que tenha vindo a surgir uma linha de pensamento que chegaria nada menos que até John Maynard Keynes, William Beveridge (impulsionador do Estado Providência britânico) e, do outro lado do Atlântico, Franklin Roosevelt e o seu *New Deal*. Mas é evidente que estes não são os desprezados neoliberais contra os quais se ataca hoje em dia.

Houve tentativas falhadas de apropriação do termo. Em 1982, o fundador da revista “Washington Monthly”, Charles Peters, publicou um “Manifesto neoliberal” para se referir a um movimento de esquerda norte-americano – entre cujos apoiantes se incluía –, que advogava um distanciamento das políticas de direita de Ronald Reagan, mas também do apoio incondicional da esquerda aos sindicatos.

E há quem tenha feito notar, como o politólogo Álvaro Espina, que o termo poderia ter-se usado igualmente em referência “à renovação do pensamento liberal” efetuada por autores como Isaiah Berlin, John Rawls, Richard Rorty ou Ronald Dworkin. No entanto, esta aceção também não chegou longe.

## De Hayek ao FMI

A história do neoliberalismo mais presente no imaginário coletivo parece-se muito com a que foi sintetizada pelo escritor e ativista britânico George Monbiot num popular artigo publicado no “The Guardian” há alguns anos. Conforme explica, o termo “neoliberalismo” foi adotado em 1938, numa reunião realizada em Paris a que assistiram Friedrich Hayek e o seu mestre Ludwig von Mises. Quase uma década depois, em 1947, Hayek fundou a Mont Pelerin Society, que reúne economistas e pensadores que defendem o Estado mínimo.

Monbiot destaca também Milton Friedman, que se definiu como “neoliberal” em 1951, embora o termo tenha desaparecido a seguir da órbita destes autores. Friedman foi um dos máximos representantes da Escola de Chicago, à qual se atribui um papel chave na implantação do neoliberalismo no Chile durante a ditadura de Augusto Pinochet.

Com a crise económica dos anos 70 do século passado – prossegue Monbiot –, o keynesianismo começa a perder prestígio e abre-se uma janela de oportunidade para as políticas neoliberais. A sua consagração definitiva chegaria nos anos 80, com os governos de Margaret Thatcher (conservadora) e Ronald Reagan (republicano). Depois, os trabalhistas no Reino Unido e os democratas nos EUA acabariam por adotar algumas dessas políticas. O salto para outros países aconteceu quando organismos como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, entre outros, começaram a exigir aos países que pediam a sua ajuda, as receitas seguidas no chamado “consenso de Washington”.

O pacote de políticas neoliberais típico incluía: as baixas de impostos às empresas e rendimentos elevados, a privatização de alguns serviços públicos, a menor regulamentação estatal das empresas e do setor financeiro, a maior flexibilidade laboral... Medidas características da chamada “economia da oferta”, que procura potenciar o crescimento reduzindo as barreiras à produção de bens e serviços, o que – segundo os seus defensores – acabará por favorecer toda a sociedade com preços mais baixos e oportunidades de emprego.

## Liberais a seco

O economista liberal (ou “neoliberal”, para os seus críticos) Juan Ramón Rallo tem uma ideia do neoliberalismo muito diferente. Conforme explicou num artigo para “Libre Mercado” no qual respondia a Monbiot, o termo surgiu, com efeito, numa reunião realizada em Paris no ano de 1938 sob os auspícios de Hayek e Mises, a Conferência Walter Lippmann. Contudo, “não o adotaram – nem aceitaram – eles, “visto tê-lo feito o alemão Alexander Rüstow. Foi precisamente Rüstow que empregou o termo neoliberalismo para se opor ao liberalismo clássico e como uma tentativa de articular uma terceira via entre o capitalismo e o socialismo”.

Para Rallo, “se alguma vez existiu um pensamento ‘neoliberal’, este foi o desenvolvido a partir das propostas de Alexander Rüstow, na chamada ‘economia social de mercado’”. Este é o modelo económico que, na sua opinião, veio a ser dominante no Ocidente e ao qual, portanto, haveria que imputar grande parte dos males que são atribuídos ao falso neoliberalismo. Hayek e Mises, afirma, “são simplesmente liberais”.

Rallo critica Monbiot por ter construído “um boneco de palha ao qual é apontada a responsabilidade” de males sociais como a crise financeira de 2008, as deslocalizações de riqueza ou o aumento do desemprego e da pobreza infantil. Mas a Rallo pode-se fazer a mesma crítica quando transfere a culpa para o não-liberalismo e nos pede que acreditemos que “toda a responsabilidade que possa ter o neoliberalismo na gestação desses males tem-na por se separar dos pressupostos do liberalismo clássico ou do liberalismo libertário”.

## Palavras-saco ou alternativas?

Contra a mania de “reunir num saco demasiado grande os males que nos ameaçam” adverte Rodgers no seu artigo, que deu lugar a um apaixonante debate na revista de esquerda “Dissent”. Facilmente, diz glosando Wendy Brown, podemos deixar-nos seduzir pelo desespero e acabar esmagados pela sensação de impotência perante poderes contra os quais não é possível fazer nada. Para evitar a paralisia, Rodgers aconselha distinguir fenómenos, identificar problemas concretos,

desenhar estratégias de ação..., que é a maneira de apresentar soluções para aquilo que nos desgosta.

Ao fim e ao cabo, como admitia Monbiot no “The Guardian”, é surpreendente que depois de tanta diatribe contra o neoliberalismo, a esquerda não tenha sido capaz de articular um modelo económico alternativo sem o regresso a Keynes. Se algo demonstraram o keynesianismo e o neoliberalismo, acrescenta, foi a sua capacidade para se apresentarem como solução em momentos de crise: o primeiro, depois da quebra bolsista de 1929; o segundo, depois da crise dos anos 70. Mas o que existia para substituir o neoliberalismo após a Grande Recessão de 2008?

Por seu lado, Rodgers pensa que atribuir demasiados significados ao termo “neoliberalismo” torna difícil identificar os males que se querem corrigir. Por isso, no seu artigo clarifica com o exemplo e distingue quatro fenómenos aos quais pode referir-se esta palavra:

1. Uma “etapa na história do capitalismo”, caracterizada pelo peso que tem nas economias nacionais o sistema financeiro global.
2. Um “projeto intelectual” que busca “a reestruturação do pensamento económico (...) em torno do paradigma de um mercado eficiente”, e que tenta explicar o comportamento humano com critérios económicos e de procura do interesse próprio.
3. Um conjunto de políticas favoráveis às empresas que foram ganhando popularidade a partir dos anos 70 do século XX, muitas vezes após momentos de crise e que costumam ser apresentadas como inevitáveis (“não há alternativa” é o famoso lema neoliberal que é atribuído a Thatcher).
4. Um “regime cultural” que leva o culto do mercado a todos os âmbitos da sociedade, até “carimbar um preço” à alma de cada ser humano.

A categorização de Rodgers permite compreender os motivos porque o neoliberalismo é atacado de tantos lados e com argumentos tão diferentes: políticos, económicos, filosóficos... E embora haja outras tipologias, esta pelo menos acerta em romper com uma das modas que mais tem contribuído para a deterioração do debate público: a de despachar etiquetas sem avançar com razões para isso.

J. M.

## Pós-liberalismo: motivos das direitas não se entenderem

Nos Estados Unidos, vai ganhando espaço uma corrente de pensamento cujos principais ideólogos batizaram como “pós-liberalismo”. Estes intelectuais conservadores defendem usar o poder político a favor do que consideram ser o bem comum. As suas ideias ajudam a compreender a mudança profunda que se está a gestar nas direitas de outros países.

Os pós-liberais avançam com uma grande censura: na opinião deles, os conservadores estão a perder a batalha das ideias perante o progressismo cultural – a visão moral da esquerda – por culpa do liberalismo. O resultado é uma ordem social e política onde é cada vez mais difícil prosperar economicamente e procurar a vida com boa qualidade.

Porque afirmam ser culpa do liberalismo? Por três motivos:

Primeiro, porque a alergia do liberalismo económico ao intervencionismo estatal privou os conservadores de um recurso muito valioso nessa batalha: o poder político.

Segundo, porque os postulados antropológicos que defenderam os teóricos do liberalismo clássico minaram por dentro as causas conservadoras.

E terceiro, porque o liberalismo político contemporâneo estabeleceu regras de jogo – a neutralidade do Estado – que, na opinião dos pós-liberais, a esquerda não cumpre.

O pós-liberalismo é uma doutrina em construção. Defendendo-a nos Estados Unidos, existe o contributo de quatro pensadores que começaram a publicar o boletim “The Postliberal Order” em novembro de 2021: Patrick J. Deneen, Gladden Pappin, Adrian Vermeule e Chad Pecknold. Para lá deste grupo, outros nomes em destaque são: Sohrab Ahmari, Yoram Hazony, Rod Dreher..., embora mantenham diferenças entre eles. No Reino Unido, está a dar que falar o pós-liberalismo de Adrian Pabst, defensor de uma esquerda favorável aos valores familiares e religiosos.

### Um consenso morto

O primeiro motivo de crítica ao liberalismo entende-se melhor à luz do contexto norte-americano. Durante a Guerra Fria, a direita organizou-se numa coligação anticomunista que fundiu três tradições diferentes: conservadores, liberais na temática económica e intervencionistas em política externa (neocons). Daí ter surgido um pacote de posições que mais ou menos se pode resumir assim: valores familiares, *laissez faire* e cruzadas pró-democracia no estrangeiro.

Os pós-liberais consideram que, através dessa aliança, quem ficou a perder foi o conservadorismo. Explica isso muito bem o ensaísta Tanner Greer: se os neocons fizeram afundar a credibilidade dos conservadores com as guerras travadas no Iraque e no Afeganistão, os neoliberais negaram-lhes a possibilidade de usar os poderes públicos para impulsionar a sua visão moral. “Esta é a verdadeira causa da consternação da Nova Direita: os conservadores perderam a guerra cultural, e esta derrota”, defendem, “foi culpa do seu próprio grupo. A esquerda nunca se priva de utilizar o Estado para fazer um mundo mais *woke*, mas a nós nunca nos foi permitido responder da mesma maneira”.

A frustração pós-liberal com a hostilidade ao Estado fica patente na declaração “Against the Dead Consensus”, publicada em 2019. Ahmari, Dreher, Deneen e os restantes subscritores – apenas uma mulher numa lista de 15, a articulista Julia Yost – criticam à velha *entente* republicana ter-se limitado a defender “da boca para fora os valores tradicionais”, enquanto o conservadorismo era desvirtuado ao apoiarem-se causas que lhe são alheias.

Para reequilibrar as coisas, os pós-liberais rejeitam continuar a proclamar como “dogmas” conservadores certos princípios liberais, como o Estado mínimo, o comércio livre ou a livre circulação de pessoas. E exigem ao Partido Republicano que aproveite o espaço aberto por Donald Trump e que se envolva com mais energia na batalha cultural.

## Novos aliados

Num artigo intitulado “From Conservatism to Postliberalism: The Right after 2020”, Gladden Pappin, chefe de redação do “American Affairs” e professor associado de ciências políticas na Universidade de Dallas, alonga o argumento. Na sua opinião, “a visão liberal do Estado como garante da paz e das liberdades individuais” não é suficiente para melhorar as condições materiais da vida dos norte-americanos que estão a ficar para trás, nem para reverter a crise de valores.

Para Pappin, a vitória de Trump em 2016 sugere existir uma base importante de votantes “favoráveis a uma maior intervenção do Estado”, seja para orientar a produção económica de acordo com o interesse nacional, seja para pôr um travão aos efeitos desintegradores do progressismo cultural nas famílias. Agora, a direita deve decidir se experimenta o caminho iniciado por esse republicano heterodoxo, ou se regressa à ortodoxia do *laissez faire*.

Na prática, optar pelo primeiro suporia forjar um novo consenso na direita. Como explica num artigo Patrick J. Deneen, professor de filosofia política na Universidade de Notre Dame, a aliança estaria aberta a todos aqueles votantes que queiram “uma ordem política e social que se inspire nos velhos temas económicos da classe trabalhadora que em tempos a esquerda propôs, e que queiram dar prioridade à utilização do poder

público para fortalecer as instituições cívicas e familiares guardadas pela direita”.

## Não somos indivíduos autónomos

O segundo motivo do receio conservador relativamente ao liberalismo é mais filosófico. Os subscritores da declaração “Against the Dead Consensus” não se opõem ao velho consenso republicano somente por estratégia ou cálculo político. Existe um motivo mais profundo: a rejeição dos pressupostos antropológicos subjacentes à filosofia liberal e, sobretudo, do que apresentam como constituir o traço mais nocivo do liberalismo: a “fetichização da autonomia”; o culto do individualismo extremo, sem outro limites a não ser a proibição de não causar danos aos outros.

Seguramente, o pensador pós-liberal que melhor abordou este assunto é Deneen. Na sua opinião, não é válido dizer que o liberalismo contemporâneo distorceu a tradição liberal clássica. Pelo contrário, o problema – como explicou no seu livro “Why Liberalism Failed” (2018) – é que esta doutrina levou à prática demasiado bem a visão do homem em que se sustenta.

O liberalismo, afirma Deneen, apresenta-se como uma doutrina que deixa em paz os indivíduos, pois limita-se a permitir que cada um procure alcançar a sua ideia de vida boa. Mas o certo é que esta doutrina também aspirou desde as suas origens a transformar as pessoas e a sociedade, orientando-as para a autonomia sem limites. Em sintonia com o comunitarismo, Deneen critica o facto da liberdade ter vindo a ser sinónimo de emancipação relativamente a qualquer tipo de vínculo, costume, tradição... O paradoxo é que esse indivíduo autónomo (e isolado) necessita cada vez mais do Estado para concretizar os seus desejos de libertação.

O jornalista Sohrab Ahmari, ex-chefe de opinião do “New York Post” e protagonista de um importante debate no âmbito conservador cristão (ver “Aceprensa”, 26.7.2021), sugere outro paradoxo: o projeto de emancipação libertário enquadra-se mal com a tolerância liberal, porque a lógica da autonomia absoluta leva a procurar a concordância dos que veem com maus olhos a permissividade moral. Como diz no seu já célebre artigo “Against David French-ism”, os defensores da máxima autonomia argumentam assim: “Para que possamos sentir-nos plenamente autónomos, deves aprovar as nossas decisões sexuais (...); a tua desaprovação faz-nos sentir menos que plenamente livres”.

## O pós-liberalismo irá salvar-nos?

Os diagnósticos dos pós-liberais costumam acrescentar novas perspetivas a um debate público saturado de frases feitas e dão

que pensar sobre as debilidades do liberalismo, contornadas muitas vezes pelos seus muitos resultados. Mas fica a dúvida de se o individualismo extremo e outros males que denunciam, se encontram tão ligados a uma ideologia concreta. Fariam com que fôssemos menos individualistas o nacional-populismo, o socialismo, o pós-liberalismo?... Será que devemos continuar à espera que surja uma ideologia que salve a humanidade?

No seu ensaio “Why Liberalism Failed”, Deneen insistia na necessidade de desenvolver certos hábitos que renovem a cultura, a economia e a política: “Não uma teoria melhor, mas melhores práticas”. O que não impede que, com o tempo, emerge dessas práticas uma filosofia melhor. Agora, no entanto, parece que Deneen voltou as suas energias para a articulação política – estatismo incluído – da visão pós-liberal. Até que ponto se afastou do seu projeto de promover formas de vida e comunidades que sejam “faróis de luz e hospitais de campanha” no meio da pólis?

Tão-pouco é claro que todos os males que acontecem nas democracias liberais sejam atribuíveis ao liberalismo. Talvez o fundamental esteja em cada um ser capaz de construir por sua conta e associado com outros – e com uma liberdade invejável, certamente – nesse quadro político que é a ordem liberal. Richard J. Neuhaus (1936-2009), referência intelectual do catolicismo norte-americano durante muitos anos, apontava nessa direção: “A Igreja deve propor – incessantemente, audaciosamente, persuasivamente, atrativamente. Se nós, que somos a Igreja, não estamos a fazer isso, a culpa não é da democracia liberal, mas de nós próprios”.

## Falsa neutralidade

Esta objeção leva-nos diretos ao terceiro motivo de queixa dos pós-liberais: será que somos todos igualmente livres para pensar e viver como quisermos, dentro dos limites estabelecidos pela lei? Igualmente no espaço público? Incluem-se nisso os crentes?

Se dermos ouvidos ao filósofo John Rawls (1921-2002), das sociedades liberais é de esperar – no mínimo – duas coisas: flexibilidade para acolher as diversas visões do mundo e estilos de vida que concorrem no espaço público; e neutralidade por parte do Estado que, como um árbitro imparcial, se limita a garantir que todos possam participar nessas disputas “como cidadãos livres e iguais”.

Mas isto é precisamente o que questionam os críticos desta versão tão idílica do liberalismo. A neutralidade é um mito, porque o Estado liberal toma partido por determinadas visões do mundo. Por exemplo, quando permite que nas escolas públicas se inculque uma visão da família e da sexualidade contrária à que os pais ensinam aos seus filhos; ou quando as autoridades obrigam, sob a ameaça de multas, uma pessoa ou uma entidade a atuar contra a sua consciência ou as suas ideias; ou quando se submetem a um escrutínio especial as

convicções morais dos crentes que aspiram a um cargo público, como se os não crentes não as tivessem, etc.

Nestes casos, o Estado liberal não cumpre as suas próprias regras, e o progressismo cultural – cada vez mais militante – tira proveito. Até há pouco tempo, a resposta dos conservadores perante estes dois pesos e duas medidas era promover normas que reforcem a proteção jurídica dos direitos e liberdades, as quais o liberalismo promete defender: liberdade de pensamento, de expressão, de consciência... Neste sentido, urge levar a sério os recursos de que dispõem as democracias liberais para acolher e dar espaço aos que têm visões do mundo contrastantes (ver “Aceprensa”, 30.9.2021).

Mas a direita pós-liberal desconfia do sistema e não considera possível corrigir esta situação com as regras do liberalismo. Daí criticar ao conservadorismo *mainstream* o que acha ser a sua atitude defensiva: em vez de se preocupar em impulsionar a sua visão moral, diz Deneen noutro artigo, os conservadores empenharam-se em defender o “liberalismo bom”; ou seja, aquele que, na verdade, é neutral perante as diferentes concepções do bem e permite que todos vivamos razoavelmente em paz.

E assim erraram totalmente, na opinião de Deneen, pois alteraram o nobre ideal de ordenar a sociedade para o bem comum pela “indiferença liberal”. Centraram-se em reivindicar o seu direito a existir e a discordar, enquanto se esqueciam de promover a sua concepção da vida boa. Entretanto, o progressismo cultural – que nada tem de relativista nem de neutral, pois procura conquistar as suas causas “com uma determinação feroz e inquebrantável” – não teve dúvidas em fazer avançar a sua agenda.

## Bem comum e pluralismo

Isto é o essencial do diagnóstico de Deneen. O curioso é que, do nada, adota o papel de vítima e lamenta as críticas que lhe dirigem os conservadores *mainstream*... que acaba de criticar: os pós-liberais têm de suportar, afirma, “não apenas a ira dos progressistas, naturalmente, como também a dos ‘liberais clássicos’, os chamados conservadores que talvez sejam ainda mais agressivos na sua oposição a um concorrente do liberalismo”. Mas o que espera Deneen? Que ninguém discuta a sua visão do que designa por “conservadorismo do bem comum”? Poderá aceitar que outros conservadores ou os progressistas de seja qual for a facção, não partilham a sua ideia do bem comum?

Novamente, ao ler o que Deneen tem escrito agora, há a impressão de que se afastou do ensaio que lhe deu fama mundial. Se na altura dizia coisas como “é justo reconhecer os resultados do liberalismo, e deve recusar-se o desejo de ‘regresso’ a uma época pré-liberal”, agora concede muito pouco. E embora o alvo principal das suas críticas seja o relativismo (de direita e de esquerda), surge a dúvida de se terá reservas

relativamente ao pluralismo, como quando se surpreende de existirem conservadores que apelam ao “pluralismo de facto” para não haver imposições por lei.

Deve ter-se em conta que quando os pós-liberais falam de “utilizar o poder do Estado ao serviço do bem comum” misturam várias coisas. Algumas medidas são muito parecidas – e até são de menor alcance – com as do Estado Providência europeu. Outras olham para as políticas de Viktor Orbán. E outras ainda são de novo cunho, com implicações no âmbito dos valores (ver “Aceprensa”, 10.2.2022).

J. M.